

Carlos Moura 9.397



Bares, que já invadiam área pública, serão beneficiados com a ampliação

TOMBAMENTO

Lojas da Asa Sul podem ser ampliadas

Ana Júlia Pinheiro

Da equipe do **Correio**

Escritórios dos dois arquitetos que criaram Brasília, Oscar e Lúcio Costa, estão convidados pela Associação Comercial do Distrito Federal a desenvolver um projeto de ampliação das lojas das entrequadras da Asa Sul. A proposta deverá conciliar os interesses dos comerciantes com as normas de ocupação de quadras e superquadras previstas no tombamento de Brasília.

A diretoria da Associação Comercial fez o primeiro contato com Niemeyer no ano passado mas só no início desta semana, pela primeira vez, o Governo Federal acenou com a possibilidade de tolerar algumas mudanças no cenário das quadras comerciais da Asa Sul.

Na prática, o avanço em áreas públicas já está para lá de solidificado, faltava apenas oficializar.

O ministro da

Cultura, Francisco Weffort, e

o presidente do Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (Iphan), Glauco Campele, se reuniram com o governador

Cristovam Buarque, o presidente

da Associação Comercial, Linberg

Aziz Cury, e o senador José Roberto

Arruda (PSDB-DF), na noite de

segunda-feira.

Juntos, governador e ministro encontraram uma saída, para acomodar a realidade de um comércio

que já invadiu toda a área pública

disponível ao seu redor, com a legislação federal que permite ao

estado derrubar a marretadas — sem

precisar dar maiores explicações — tudo o que fere as regras do

tombamento.

Pelo acordo firmado, o comércio

pode avançar em área pública,

desde que dentro dos limites pre-

vistos na lei local de número 1.071:

até seis metros entre o bloco da

comercial e os limites da super-

quadra.

A Lei de autoria dos deputados

distritais Cláudio Monteiro (PDT)

Benício Tavares (PMDB), aprovada

em maio de 1996, esteve engaveta-

da por falta de entendimento com o Iphan, órgão responsável por fiscalizar a cidade tombada.

"Independentemente de partidos, não se pode negar que este foi o único governo que procurou buscar uma solução para os empresários", comentou Lindeberg Cury. "Com o projeto do Lúcio Costa em mãos, vamos poder impôr a ordem, a organização e o bom gosto às quadras comerciais".

AVANÇOS E RECUOS

Na Asa Sul estão mais de 90% das ocupações irregulares de área pública pelo comércio das quadras

do Plano Piloto.

Pilares além dos limites das lojas, ampliações

toscas, depósito

nos fundos dos

bares e até mu-

ros que impe-

dem a passa-

gem de pedes-

tres entre os

blocos.

A Asa Norte, onde são raros os prédios comerciais com possibilidade

de o empresário

alugar subsolo,

loja no térreo e

sobreloja, é me-

nos procurada

para locação de

bares e restauran-

tes — ativida-

dade que mais

espaço toma o

espaço dos gra-

mados e fundos de quadra para

ampliar seu território. Há dois

meses, a Administração de Brasília

derrubou uma construção do

Public House na quadra SCLN 204

que impedia a passagem dos pe-

destres na calçada.

As duas leis locais que regulari-

zam a expansão do comércio em

espaços públicos vão acabar de

uma vez por todas com as constru-

ções de improviso que alguns co-

merciantes erguem no fundo das

lojas. Além da lei que solucionou os

problemas da Asa Sul, um Decreto

do Governo local, de janeiro deste

ano, estabeleceu a cobrança de ta-

xa de ocupação: R\$ 400 por mês pa-

ra cada 30 metros quadrados.

"As lojas eram de um tam-

po ótimo quando Brasília come-

çou. Hoje não dá. São mais de dois

milhões de pessoas. O comércio tem

que acompanhar esse crescimen-

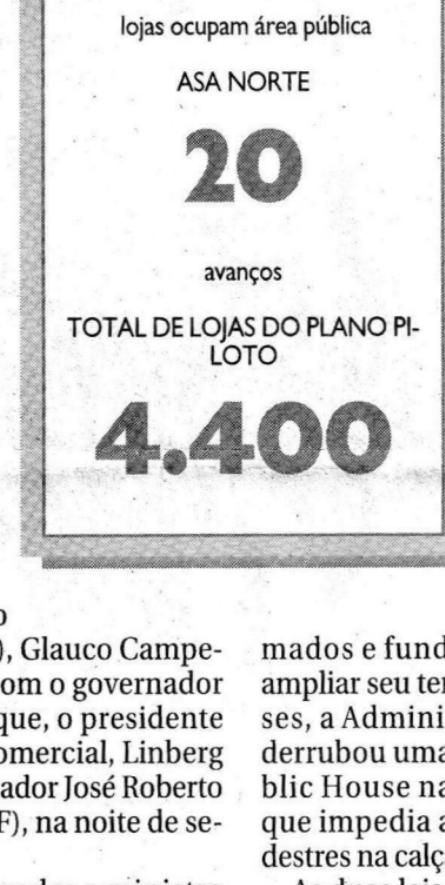
to", explica Francisco Frota, o Chi-

quinho, dono do Beirute, a comi-

da árabe mais procurada da cida-

de nos últimos 32 anos.

MAPA DAS INVASÕES



mados e fundos de quadra para

ampliar seu território. Há dois

meses, a Administração de Brasília

derrubou uma construção do

Public House na quadra SCLN 204

que impedia a passagem dos pe-

destres na calçada.

As duas leis locais que regulari-

zam a expansão do comércio em

espaços públicos vão acabar de

uma vez por todas com as constru-

ções de improviso que alguns co-

merciantes erguem no fundo das

lojas. Além da lei que solucionou os

problemas da Asa Sul, um Decreto

do Governo local, de janeiro deste

ano, estabeleceu a cobrança de ta-

xa de ocupação: R\$ 400 por mês pa-

ra cada 30 metros quadrados.

"As lojas eram de um tam-

po ótimo quando Brasília come-

çou. Hoje não dá. São mais de dois

milhões de pessoas. O comércio tem

que acompanhar esse crescimen-

to", explica Francisco Frota, o Chi-

quinho, dono do Beirute, a comi-

da árabe mais procurada da cida-

de nos últimos 32 anos.